

CTAs são responsáveis por apurar os investimentos da FUNCEF sob investigação

As Comissões Técnicas de Apuração (CTAs) da FUNCEF receberam visita dos membros do Conselho Deliberativo (CD), na manhã desta sexta-feira (02/3), na sede da Fundação em Brasília (DF). No encontro, o presidente do Conselho, Joaquim Lima, destacou que a expectativa com esse trabalho é obter informações consistentes e veracidade dos dados para que a Fundação possa buscar ressarcimento.

As comissões técnicas foram formadas para apurar os investimentos da FUNCEF sob investigação da operação Greenfield da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Na visita aos membros do grupo, o presidente da FUNCEF, Carlos Vieira, enfatizou a importância do trabalho feito pelas CTAs e disse que a iniciativa tem sido reconhecida por outras fundações e, inclusive, pela Previc. “A Fundação inverteu a curva de resultado no ano de 2017. Ressalto que a contribuição das áreas do Jurídico e da Auditoria foram fundamentais nesta construção de resultado, o que será comprovado com a divulgação do Balanço de 2017”, enfatiza.

Joaquim Lima igualmente enfatizou que o trabalho das Comissões está aparecendo. Aos membros das CTAs, ressaltou: “A qualidade do trabalho de vocês nos dá condições de buscar reparação, de entrar com ações judiciais, além de garantir transparência aos participantes. É um trabalho de excelência que vai ficar registrado na história da Fundação”.

Já para o Gerente da Auditoria da FUNCEF, Elíbio Estrela, este é um dos trabalhos mais importantes que a Fundação executa. “Estamos em meio a uma investigação, com mais de R\$ 4,5 bilhões, em valores nominais, envolvidos, correndo contra o tempo.”

Greenfield - Toda a documentação produzida pelas Comissões de Apuração é encaminhada diretamente à força-tarefa da Operação Greenfield. No ano passado, a Fundação foi aceita pelo MPF como assistente de acusação nos processos ligados à Operação Greenfield. Em outras palavras, a FUNCEF pode apresentar informações e documentos aos procuradores da República que ajudem a sustentar as acusações feitas contra réus nesses processos. A iniciativa também abre caminho para a Fundação reconstruir a sua imagem perante participantes e sociedade e buscar judicialmente o ressarcimento das perdas financeiras.

Fonte: FUNCEF, em 02.03.2018.